

MIGRAÇÃO NA CIDADE DE MANAUS: ALGUMAS ANÁLISES PRELIMINARES

MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA*

*“Peregrinos nas estradas de um mundo desigual,
espoliados pelo lucro e ambição do capital,
do poder do latifúndio, enxotado e sem lugar...
Já não sei para onde andar!
Da esperança eu me apego ao mutirão”
(Frei Domingos)*

1. INTRODUÇÃO

A temática da migração tem sido uma das principais discussões na atualidade no âmbito das análises sociais e políticas, principalmente no que se refere ao estudo do crescimento populacional dos grandes centros urbanos. O acelerado processo de urbanização se apresenta intrinsecamente relacionado à dinâmica da migração. Porém, abordar esse assunto não é uma tarefa muito simples, sobretudo por sua complexidade e diversidade e por se tratar de um fenômeno dinâmico, que vem assumindo nas últimas décadas grande conotação no contexto da mobilidade humana em nível internacional.

O propósito deste artigo é tecer algumas análises preliminares acerca dos indicadores de crescimento demográfico, relacionando-os com as taxas de migração de Manaus, um dos centros urbanos de maior crescimento da região Norte na atualidade. Nosso maior esforço consiste na tentativa de compreender a “dinâmica dos números” apontada pelos relatórios quantitativos fornecidos pelos órgãos oficiais ou extra-oficiais, cotejando-os com os projetos políticos e institucionais de ocupação das fronteiras da região Norte e suas conseqüências para o crescimento urbano da capital do Amazonas.

Para uma análise mais específica da migração na cidade de Manaus (AM) se faz necessário uma breve abordagem sobre os avanços das políticas das chamadas “novas fronteiras amazônicas”, do avanço da agricultura e da pecuária extensiva direcionada para as regiões Centro-Oeste e Norte a partir da década de 1970. Nesta conjuntura, identificamos um intenso processo de migração interna ou inter-regional que compreende, dentre outras categorias, os deslocamentos de fluxos de trabalhadores e pequenos agricultores das regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil.

É preciso ainda relacionar os grandes projetos políticos e econômicos implantados pelo governo militar de forma quase arbitrária e inconseqüente nesta região com os problemas ocasionados pelos impactos ambientais e sócio-culturais surgidos a partir dos confrontos entre os migrantes e as populações que já residiam nestas áreas (indígenas, ribeirinhos, seringueiros etc.). Esses são alguns dos aspectos que contribuíram e continuam contribuindo para a explosão demográfica da cidade de Manaus, com todos os seus agravantes sócio-ambientais, políticos, econômicos, culturais etc.

Por fim, o presente texto, é resultado da análise de três discursos distintos que foram sendo construídos a partir do acelerado processo migratório e, conseqüentemente, do crescimento populacional da região Norte e da cidade de Manaus. O primeiro é o discurso histórico-oficial produzido a partir do processo de consolidação dos projetos governamentais de ocupação da região ou do avanço das fronteiras agrícolas vinculadas à fronteira amazônica. Já no segundo se evidencia a fala dos próprios sujeitos em situação de migração, relatando sua situação real, ora tecendo uma autocrítica a partir da compreensão das divergências dos relatos das experiências migratórias nas suas mais variadas esferas, ora reproduzindo os discursos oficiais. Por fim, o discurso sócio-crítico elaborado por aqueles e aquelas que passaram a analisar o fenômeno da migração nesta região, relacionando-o tanto a uma conjuntura nacional marcada pela migração interna quanto a outras categorias migratórias. Esse conjunto de análises propicia uma reflexão mais abrangente, de maneira a situar a cidade de Manaus num conjunto maior de abordagens.

2. A CIDADE DE MANAUS E A DINÂMICA DA MIGRAÇÃO

Seja em nível interno (êxodo rural, deslocamentos regionais, trabalhadores temporários etc.) ou internacional (migração estrangeira, tráfico humano, refugiados, “desplazados”, exilados e outras categorias), a migração vem se tornando um tema pertinente na ordem política e econômica do neoliberalismo na atual conjuntura da globalização. Nessas circunstâncias se originam alguns dos fatores provocadores dos deslocamentos humanos, eminentemente de trabalhadores, ora expropriados de suas terras, de seus postos de trabalho ou empregos, ora pressionados pela falta de oportunidade, e que vêm na migração a busca de alternativas para sua sobrevivência.

Porém, não é possível analisar um movimento de migração específico, como o caso de Manaus, de forma isolada, sem relacioná-lo ao contexto histórico, à situação geográfica, aos fatores de crescimento populacional e às crises econômicas. Daí a importância de uma contextualização do fenômeno, pelo menos dentro dos limites do país, para uma maior compreensão de alguns dos fatores que colaboraram com a dinâmica de crescimento populacional recente, e até certo ponto acelerado, da cidade de Manaus.

3. O FENÔMENO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL¹

As análises do fenômeno das migrações internas ocorridas no Brasil a partir de meados do século XX corroboram uma clara denúncia de violação dos direitos básicos das pessoas e coletividades inteiras no exercício de sua cidadania. Historicamente, desde os anos cinquenta, com a acentuação dos deslocamentos compulsórios do Nordeste para o Sudeste, as migrações no Brasil passaram a ser encaradas como problema social (Martins, 1997: 55). O êxodo rural tornou-se um fenômeno dramático de deslocamento maciço de populações do campo para a cidade.

¹ Para uma visão abrangente do fenômeno das migrações na América Latina, no Brasil e no Nordeste, consultar a edição 214 dos **Cadernos do CEAS** (Salvador, CEAS, nov.-dez., 2004).

Os deslocamentos compulsórios de trabalhadores específicos ou de pequenos produtores expropriados de suas terras e instrumentos de trabalho revelam a existência, no interior do sistema político e econômico brasileiro, da institucionalização de um abismo profundo entre ricos e pobres, de uma política de exclusão crescente, da chamada “indústria da seca” no Nordeste e do favorecimento do Estado ao crescimento do latifúndio e à canalização das políticas agrícolas, direcionadas para os grandes produtores de grãos, para a pecuária de corte ou leiteira. As políticas agrícolas há muito se encontram totalmente voltadas para a exportação de produtos em benefício da política econômica.

Portanto, ao longo da história do Brasil, a migração tem sido um fenômeno compulsório: os migrantes são obrigados a deixar sua terra em busca de uma vida melhor em outros lugares ou países. Isso acontece porque os interesses econômicos das elites dominantes sempre estiveram por trás das grandes migrações no Brasil (Bassegio, 2004: 57). A modernização da agricultura e a transformação das áreas de plantio de alimentos para o consumo básico em áreas de pastagem ou monoculturas, com a substituição da cultura do café e do algodão pela da soja ou da cana-de-açúcar, alteraram a relação que, historicamente, o trabalhador rural ou os pequenos proprietários mantinham com a terra e seus meios de subsistência (Martins, 1997: 59). A terra se transformou em mercadoria e meio de especulação concentrada nas mãos de uns poucos latifundiários ou grandes produtores rurais.

O fato da entrada do capital na região ter se dado concomitantemente à entrada dos colonos e trabalhadores para as indústrias proporciona uma análise do fenômeno migratório, chegando-se à conclusão de que, de fato, não se trata de um processo predominantemente espontâneo (Vainer, 2001: 179). As condições econômicas são chaves determinantes para a saída dos migrantes dos locais e residências anteriores. Os fatores de ordem expulsiva se revelam à medida que tecemos uma análise sobre a forma como o capital se apresenta no processo de mobilização da mão-de-obra ou do mercado financeiro. Por isso, esses novos deslocamentos podem ser compreendidos também a partir da análise da mobilidade da força de trabalho.

Uma nova ordem econômica determinou a modernização tecnológica na agricultura, que passou a limitar a demanda de mão-de-obra a apenas momentos específicos do processo de trabalho agrícola como, por exemplo, a colheita de café, de laranja ou o corte de cana. Os investimentos na pecuária do tipo exportação e as pastagens, mesmo não modernizadas, reduziram drasticamente a necessidade de trabalhadores a um pequeno número de empregados. Em contraposição, no Brasil nunca houve uma política agrária que viabilizasse uma reforma agrária “socialmente possível e economicamente sustentável”, voltada para a agricultura familiar ou de subsistência dos pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Além disso, o tardio processo de industrialização, deslançado com os governos militares, configurou-se num acelerado processo de urbanização, canalizando mão-de-obra no itinerário Nordeste-Sudeste, onde se concentrava o potencial industrial do país. Nos primeiros anos, certos setores da indústria

absorviam os excedentes de trabalhadores rurais, sobretudo aqueles que necessitavam de mão-de-obra não-qualificada. Porém, com o advento do aperfeiçoamento constante, da tecnologia voltada para uma maior produção a menores custos possíveis, os setores de baixa densidade tecnológica e uso extensivo da força de trabalho foram desaparecendo e, com eles, também os postos de trabalho.

Esses fatores também contribuíram muito para o deslocamento de grandes fluxos migratórios inter-regionais que, a partir de 1970, mobilizavam também as regiões Sul e Sudeste a caminho do Centro-Oeste e Norte do país. Nota-se nesse processo o deslocamento das fronteiras agrícolas e do capital financeiro. O desemprego em massa nas grandes cidades do Centro-Sul, a falta de alternativas para a absorção de mão-de-obra de milhares de desocupados, a crise do café no Sudeste e Sul, as políticas econômicas voltadas para os grandes investimentos e inúmeros outros fatores determinaram um quadro de tensões sociais, criando uma espécie de barril de pólvora prestes a explodir.

É nesse cenário que surge, no plano institucional do governo militar, a ampla frente pioneira amazônica. De fato, até então a Amazônia havia sido totalmente deixada à margem das preocupações nacionais. No entanto, nesse contexto específico ela se apresentava como uma das estratégias mais viáveis para o governo nacional. É justamente por isso que, até certo ponto, pode-se afirmar que a violenta migração para a região Norte entre 1970 e 1980 se transformou em válvula de escape para reduzir as tensões de outras regiões do país e abafar as desigualdades sociais que se evidenciavam de maneira escandalosa. Ou seja, por trás do fenômeno das migrações internas brasileiras há uma clara denúncia de violação dos direitos básicos das pessoas e coletividades inteiras no exercício de sua cidadania (Heidmann, 2004: 34).

4. A REGIÃO NORTE NO ITINERÁRIO DAS MIGRAÇÕES

Os projetos institucionais voltados para a chamada fronteira amazônica se implantaram na região apoiados no deslocamento de muitas áreas indígenas, na invasão de seus territórios e, conseqüentemente, no genocídio étnico planejado. No caminho dessa fronteira se encontravam também muitas das antigas comunidades de seringueiros e ribeirinhos que viviam nesta região desde o período régio da borracha ou ainda das investidas remotas de colonização. Esses povos haviam se fixado nessas terras num convívio com a floresta, os rios e o meio-ambiente como um todo.

A ocupação da mais nova fronteira agrícola do país se deu basicamente por dois mecanismos: a ocupação demográfica e a penetração econômica. Essas formas de ocupação derrocaram dramáticas mudanças e conflitos no até então relativamente estável equilíbrio das relações sócio-econômicas e dos padrões demográficos daquela que era considerada, até o momento, a região mais “pacata”, “inacessível” e distante do Centro-Sul do país.

Constituídas fundamentalmente por contingentes migratórios de origem rural de diversas regiões do país, as frentes demográficas se deslocaram com destino à Amazônia, perfazendo os percursos clássicos de avanço e penetração na

fronteira de forma gradativa. Os fluxos provenientes diretamente do Nordeste entraram na Amazônia percorrendo o antigo “caminho da borracha”, passando pelo Pará; já aqueles oriundos quase que predominantemente do Sul, do Espírito Santo, do interior de São Paulo e de Minas Gerais adentraram na Amazônia depois de um percurso migratório que passou pelo Mato Grosso e seguiram caminho em busca de terras livres, projetos de assentamentos, pequenas e médias fazendas (cf. Oliveira, L., 1996: 78). Tudo isso sendo “oferecido” pelo governo federal, no intuito político e econômico de integrar e povoar os “vazios” da região.

Juntamente com os projetos de “povoamento” da região, Getúlio Vargas (1951-1954) criou o primeiro Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA). Mais tarde, Juscelino Kubitschek (1956-1961) lançou o programa de construção das grandes rodovias, inaugurando, ainda em 1960, a Belém-Brasília e a Cuiabá-Porto Velho, a BR-364, mais conhecida como “estrada do inferno” por suas péssimas condições de trânsito. Com o golpe militar de 1964, a Amazônia passou a ser vista a partir da ideologia da Segurança Nacional, como uma região estratégica para os interesses do governo, dotada de riquezas naturais, de “vastos espaços vazios” e prontos para serem ocupados por centenas de milhares de migrantes sedentos de novas terras.

Os projetos de ocupação da região incluíam vários discursos oficiais na linha política da Integração Nacional do então território de Rondônia, “*integrar para não entregar*”. Inseridos na Lei de Segurança Nacional (LSN), visavam a militarização das fronteiras geopolíticas do país e protegiam os interesses capitalistas de ocupação das novas fronteiras agrícolas: “*aos homens sem terra, terras sem homens*”. Atrás desses discursos, muita gente deixou sua terra, sua gente, suas raízes e veio para a Amazônia, como quem se deixa enganar para não deixar morrer a esperança de dias melhores. Nos versos dos cantores amazonenses Paulinho Du Sagrado e Pedro Afonso (1997), podemos constatar essa esperança, quase que ingênua, que moveu e ainda continua movendo milhares de migrantes para essa região:

O Migrante

*Quero um pedaço de terra pra plantar
E nesse solo sagrado regar a semente da paz!*

*Vou fazer do Rio a estrada
Migrar pro Norte
Vou tentar a minha sorte
E a Amazônia conhecer.*

*Levo em mim toda a Esperança
E a confiança de quem busca
Nesta vida, um motivo pra viver.*

*Viva a Floresta, rios!
Viva os animais!
Viva o índio guerreiro dançando seus rituais!*

Todo esse imaginário, sem exageros, esteve muito presente, motivando a vinda de migrantes de outras regiões para o Amazonas. A idéia de terras abundantes e “sem donos”, do convívio pacífico com o meio-ambiente, com os índios etc. fazia parte da propaganda institucionalizada para motivar migrantes para as chamadas “novas-terras”. Em contraposição, durante séculos a Amazônia sempre foi muito marginalizada com relação às regiões mais “desenvolvidas” do restante do país. A idéia de “fim de mundo” enquanto localização geográfica também foi, sem dúvida, o entrave para muitos migrantes que resistiram aos apelos de deslocamento para essa área.

5. OS PROJETOS INSTITUCIONAIS DE COLONIZAÇÃO DA REGIÃO NORTE

Para continuar atraindo os contingentes migratórios, mais especificamente os colonos, o presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) continuou implantando outros grandes projetos, como a construção da Transamazônica, para ligar a região a outras partes do país e facilitar a execução do Programa de Integração Nacional (PIN), com intenção de assentar cem mil famílias ao longo desta rodovia a partir de 1970.

Ao mesmo tempo, o processo de assentamento de colonos continuou de forma acelerada em Rondônia, dirigido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Milhares de famílias foram “largadas” às margens das estradas federais do Pará ao Acre, de Rondônia a Roraima. Só para ter uma idéia do tamanho do fenômeno, entre 1980 e 1990, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rondônia recebeu 938.211 migrantes. Com o assentamento dos colonos se instalava também o capital madeireiro e o capital financeiro de investimento que legitimavam a exploração de minérios (ouro, diamante e outros metais) nas Terras Indígenas e a exploração desmedida das terras cobertas pela floresta virgem.

Os migrantes mais desprovidos de recursos econômicos – a maioria absoluta – encontraram muitas dificuldades nesse processo de migração. A realidade por eles encontrada foi a mais terrível possível: as promessas dos governos não se concretizavam e muitas famílias foram abandonadas à própria sorte, com inúmeras dificuldades de acesso às terras encobertas pela Floresta Amazônica, já habitada por antigas populações; as técnicas de cultivo que dominavam no Sul e Sudeste do país não se adaptavam à nova realidade e provocavam enormes impactos ambientais (queimadas, derrubadas, malárias etc.), além da falta de estradas ou suas péssimas condições para escoamento dos produtos e interligação dos colonos, da ausência de escolas e postos de atendimento à saúde. Esses e outros fatores fizeram com que muitas “glebas” (assentamentos) fracassassem tanto ao longo da Transamazônica como da BR-364. Não se sabe ao certo quantos sucumbiram nesse itinerário migratório. Mas pode-se estimar que foram milhares.

Para muitos, a migração se tornou uma grande decepção. Muita gente tomou o caminho de volta ou seguiu outros itinerários migratórios. Durante todo o processo de ocupação constatou-se a fragilidade desta imensa área coberta pela tão cobiçada Floresta Amazônica no tocante à sua capacidade de

produção agrária, que não se adapta segundo os moldes de exploração capitalista. Os impactos negativos sobre o ecossistema, causados principalmente pelo desmatamento desenfreado, pela inescrupulosa exploração madeireira e mineral e pelos projetos de desenvolvimento industrial, sem considerar um planejamento equilibrado, resultaram em sérios problemas ambientais e, conseqüentemente, sócio-culturais.

A intensidade da destruição da floresta e de outros recursos naturais, sem falar dos confrontos étnicos e sócio-culturais, foi tamanha que a Amazônia passou a ser conhecida internacionalmente a partir das denúncias formuladas pelas lideranças locais, principalmente os seringueiros, os povos indígenas e os próprios migrantes em condição de exploração sumária. Nos versos de Emerson Maia (1993), músico e compositor de toadas do “bumbá-garantido” (boi-bumbá do folclore regional), é possível identificar um pouco da dimensão da destruição e os sentimentos e preocupações que esta vem despertando:

Lamento de raça

*O Índio chorou,
O Branco chorou,
Todo mundo está chorando
Amazônia está queimando
Ai, ai, que dor
Ai, ai, que horror.*

*O meu pé de sapopema
Minha infância virou lenha
Ai, ai, que dor
Ai, ai, que horror.
Lá se vai a saracura correndo
Dessa queimadura e não vai mais voltar*

*Lá vai a onça pintada
Fugindo dessa queimada e não vai mais voltar
Lá se vai a macacada junto com a passarada
Para nunca mais voltar
Para nunca mais,
nunca mais voltar*

*Virou deserto o meu torrão, meu rio secou.
Pra onde eu vou?
Eu vou convidar a minha tribo
Pra brincar no garantido,
Para ao mundo declarar:
Nada de queimada ou derrubada!*

*A vida agora é respeitada!
Todo mundo vai cantar:
Vamos brincar de boi
Está garantido!*

Matar a mata não é permitido!
Matar a mata não é permitido.

Todas as orientações políticas nacionais e estrangeiras (já que a Amazônia vem ganhando cada vez mais destaque no cenário internacional) apontam para a urgência de um planejamento de desenvolvimento sustentável no qual sejam consideradas as peculiaridades de uma agricultura específica em trópicos úmidos, a relação homem-natureza, a preocupação com o ecossistema e muitos outros fatores específicos desta região.

6. OS PROJETOS INSTITUCIONAIS VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA

Visando o crescimento industrial da região, o governo investiu nas grandes hidroelétricas, na implantação da Zona Franca de Manaus, na estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em Marabá (PA), em outras grandes empresas exploradoras de alumínio, ferro etc. e em projetos relacionados ao capital madeireiro. Todos esses mega-projetos foram financiados com recursos nacionais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), pelo Banco da Amazônia S/A (BASA) e com investimentos internacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), principalmente na abertura de estradas vicinais em toda a região.

De forma geral, os projetos governamentais funcionaram como pretextos para a entrada do capital na região, principalmente naquelas áreas inviabilizadas, até aquele momento, por serem de proteção ambiental, terras indígenas ou de floresta tropical. Tanto na fronteira agrícola como na indústria, o fator econômico foi e continua sendo o elemento preponderante causador de enormes mudanças tanto na área econômica como no cenário político, social e cultural de toda a região Norte.

Esse processo desencadeou outro fenômeno que vem se destacando em âmbito nacional por suas proporções: a urbanização acelerada e o crescimento populacional das capitais e de alguns centros urbanos da região, evidenciados nos últimos censos demográficos, segundo as estatísticas do IBGE. Vale destacar que os deslocamentos inter-regionais para a região Norte entraram em declínio a partir de 1990. Um outro movimento passou a ganhar ênfase nesse cenário de crescimento urbano: os deslocamentos intra-regionais e intra-estaduais: o que está ocorrendo é um movimento interno que direciona fluxos da zona rural para as cidades e, no caso do Amazonas, com maior intensidade para a capital.

Com todos os contrastes e desastres demonstrados, e ainda de acordo com os dados do último levantamento do IBGE (cf. BRASIL, 2000), essa região continua se apresentando como a de maior índice de crescimento relativo. A população prossegue crescendo a uma taxa superior à média nacional desde a década de 1970, quando atingiu o índice de 4,7%, seguido de 3,9% na década seguinte e de uma média anual de 2,6% na década de 1990. Com relação ao resto do país, contudo, a maior região do país em extensão geográfica e um

total de 12.900.704 habitantes possui uma densidade demográfica ainda muito baixa, da ordem de 3,35 hab/km².

7. O CRESCIMENTO URBANO DA REGIÃO NORTE NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

O mesmo processo de urbanização, inicialmente ocorrido nas demais regiões do país, passou a se configurar na região Norte, com maior intensidade a partir de 1970. No cenário nacional, a migração do campo para a cidade ainda é o maior fluxo de deslocamento humano. Os moradores das regiões urbanas já ultrapassam a casa dos 80% da população brasileira. Nos últimos trinta anos, dezenas de milhões de brasileiros trocaram o campo pela cidade (Bassegio, 2004: 58).

Até o final da década de 1990, quase a totalidade do acréscimo populacional observado nos estados nortistas havia sido absorvida pelos quadros urbanos. Desta forma, ampliaram-se consideravelmente as pressões populacionais sobre as áreas urbanas. O processo acelerado com que se intensificou a urbanização estadual sugere ser altamente provável que os fluxos líquidos migratórios, bem como os movimentos extra-estaduais de população, dirijam-se quase exclusivamente para as áreas urbanas.

Essa tendência à concentração populacional nos quadros urbanos se revela um movimento somente atenuado no caso de Rondônia, ainda nos anos 70, devido ao forte afluxo de migrantes extra-regionais para as áreas rurais do estado. Porém, vale frisar que, na atualidade, está ocorrendo, nesse estado, um outro movimento migratório que vem esvaziando gradativamente as áreas rurais e incrementando as áreas urbanas: um significativo contingente se deslocou para as novas frentes de assentamentos de Roraima, ou ainda para algumas áreas rurais do Amazonas que fazem fronteira com Rondônia, principalmente os municípios de Apuí, Humaitá, Lábrea e Novo Aripuanã. Tais municípios representam a última investida do avanço da fronteira amazônica no campo da concentração de assentamentos rurais, sem, no entanto, alterar o quadro do incremento urbano no Amazonas.

O Estado do Tocantins tem a urbanização mais acelerada de toda a região nos últimos anos. Só para se ter uma idéia, entre 1991 e 1996, sua população rural reduziu-se em 21%, declinando a uma taxa média de 4,7% ao ano; no decênio anterior tal redução fora de 18%, resultante de uma taxa de crescimento média anual negativa de 1,7%. Já o Amapá é o estado com a maior concentração populacional em quadros urbanos de uma forma mais distribuída. Dentre todos os estados nortistas, o Pará tem se destacando por manter o maior equilíbrio em termos da distribuição de sua população por situação domiciliar, tendo apresentado não só o grau de urbanização mais baixo, como também o processo de urbanização populacional mais lento de todos, desde a década de 1970, com exceção de algumas cidades.

O Amazonas que, em 1960, tinha uma população calculada em 721.200 habitantes, após a implantação da Zona Franca de Manaus saltou para 1.449.100 habitantes em 1980, atingindo, no último **Censo** (cf. BRASIL, 2000),

a marca de 2.812.557 habitantes, neste que é o processo de urbanização mais complexo da região Norte em virtude da exacerbada concentração populacional na capital, determinando inclusive uma total discrepância com relação aos demais estados não só da região como de toda a Federação.

8. A CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL NA CAPITAL DO AMAZONAS

Nesse panorama, destaca-se a cidade de Manaus como um dos principais pontos de aglutinação de migrantes na região Norte, com seus novos habitantes movidos pela esperança de dias melhores, atraídos pela ilusão, pelo fascínio ou pelo fausto da cidade grande; de qualquer maneira, marcados pelas frustrações e decepções do universo urbano. Expandindo-se a um ritmo médio anual de 3,74% e concentrando atualmente cerca de 52% da população amazonense, trata-se de um caso atípico não apenas com relação a outras capitais nacionais como também ao próprio estado, com relação ao qual cresceu e tornou-se de 4,94% ao ano na última década. Por tudo isso se faz necessária uma análise preliminar das taxas de crescimento para poder identificar qual a dinâmica migratória que estas revelam.

É evidente que os fluxos migratórios tiveram significativa influência nesse crescimento demográfico, destacando-se os movimentos de pessoas oriundas do próprio estado, o que coloca a questão do excessivo efeito de centrifugação que Manaus exerce sobre o interior relativamente despovoado. Por outro lado, o rápido crescimento populacional coloca o problema da pressão sobre a infraestrutura de serviços urbanos, a qualidade e as condições de vida da população e o mercado de trabalho.

9. ALGUNS FATORES CAUSADORES DA MIGRAÇÃO DO INTERIOR PARA A CAPITAL DO AMAZONAS

A dinâmica migratória sempre vai estar relacionada a uma conjuntura social, econômica e política, que deve acompanhar a sua análise:

Não se pode falar de migrações, discriminação e resistência sem questionar os fundamentos do sistema produtor de mercadorias. Os mobilizados deslocados, os migrantes, foram socializados indiretamente como membros de uma sociedade produtora de mercadorias. A forma valor e o equivalente geral, o dinheiro, fazem parte de uma grande máquina social, do “sujeito automático”, nas palavras de Marx (Heidemann, 2004: 29)

No caso de Manaus, as relações de exploração da força de trabalho se tornam mais evidentes no setor industrial. Mas, na verdade, durante todo o processo de ocupação via fronteira amazônica ficaram evidentes as relações de exploração tanto dos trabalhadores como do próprio meio ambiente que foi, aos poucos, sendo exaurido nas suas potencialidades, evidenciando, assim, suas fragilidades e limites. A cidade passou por vários momentos de expansão demográfica relacionados ao crescimento econômico como, por exemplo, o período do sistema mercantil extrativista da borracha. No entanto, há autores, como o geógrafo José Aldemir de Oliveira, que contestam a visão equivocada

de que essa época haja sido determinante para o desenvolvimento da cidade ou do estado. O látex alimentou, sim, o fausto capitalista, as belas moradias, a boa-vida dos senhores endinheirados dentro de um círculo espacial fechado, restrito aos seus interesses, e não a maciça população (Oliveira, J., 2003: 14).

Após o declínio da borracha, deste período pomposo, a cidade mergulhou num outro processo de migração oriunda de outras partes do país. Agora, porém, o maior fluxo procede do movimento intra-regional:

Cerca de 47,3% dos migrantes que passaram a viver em Manaus nas últimas décadas é procedente do próprio Estado do Amazonas. O Estado do Pará contribui com cerca de 15,7%, outros 8,5% de migrantes são procedentes dos outros estados da própria região Norte. Esses dados identificam que 71,5% dos migrantes que vivem em Manaus são procedentes de terras do próprio Brasil Norte que, longe de se repartirem de modo difuso ou em pequenas manchas pelo imenso espaço da macrorregião, distribuem-se de forma acentuadamente concentrada (Brasil et al, 2000)

A magnitude do contingente populacional em Manaus pode ter muitas variáveis explicativas, mas a principal parece ser a concentração de capital e investimentos. Toda a economia da maior unidade da Federação está centralizada na sua capital. Daí se justifica a corrida desenfreada das correntes migratórias para uma única direção. Do ponto de vista econômico, político e sociológico, esse fenômeno pode trazer consequências catastróficas, tanto para a cidade que recebe os contingentes migratórios quanto para as regiões e cidades do interior marcadas pela migração contínua, “se esvaziando” na sua população, na sua economia, nas suas possibilidades de crescimento e desenvolvimento local. Isso ocorre principalmente porque os investimentos econômicos e sociais se canalizam para os grandes investidores, os quais, porém, não devolvem para a sociedade os benefícios sociais a que se comprometem no ato da implantação de suas empresas subsidiadas pelo governo.

Outra variável a ser considerada é o processo crescente de total esvaziamento da ação-pública do Estado nos municípios interioranos. É bem verdade que muitos projetos governamentais foram anunciados nos últimos anos como a “salvação” para o interior do estado. Infelizmente, iniciativas como o Terceiro Ciclo e a Zona Franca Verde favorecem apenas uma camada econômica e estão totalmente voltados para o incremento da atividade agrícola de grande porte, que compreende a monocultura de exportação de grãos ou a pecuária de extensão. O problema é que esse setor de atividades é justamente o que menos emprega e menos investe no desenvolvimento do local onde se instala. Isso sem considerar o estrago ecológico e cultural que vêm provocando nessa região.

Outros grandes projetos também não conseguem absorver quase nenhuma força de trabalho local. É o caso da Petrobrás no município de Coari (AM), que se propunha, além de aumentar a renda do município e da região, gerar milhares de postos de emprego, o mesmo acontecendo com a mineradora da

Vila de Pitinga e da Hidroelétrica de Balbina, ambas localizadas no município de Presidente Figueiredo (AM), distante 107 quilômetros da capital.

As condições de vida das pessoas que vivem na área rural dos pequenos municípios do estado são determinantes para a emigração. Não é por acaso que milhares de pessoas continuam abandonando suas pequenas propriedades, acostumadas à agricultura de várzea, para vir para a cidade de Manaus. De forma geral, no amplo segmento das populações camponesas, constitutivo da força de trabalho rural, as condições de vida são acentuadamente precárias (Brasil et al, 2000).

Os fatores que mais contribuem para a pobreza da população do interior relacionam-se ao reduzido número de culturas básicas ou à deficiência da combinação agrícola, caracterizada pela participação muito predominante da mandioca e muito baixa do milho, do feijão e do arroz. A esse rodízio soma-se a pesca, também de subsistência na sua faixa maior. A produção de alimentos está predominantemente condicionada ao consumo familiar e a renda familiar gira em torno da subsistência muito precária das famílias, não havendo recursos extras para se investir em nenhum outro elemento que escape ao sustento da família.

Apesar das populações ribeirinhas estarem muito adaptadas às realidades de cheias periódicas, não muito raras, as enchentes calamitosas também são provocadoras de migração. Dependendo da intensidade das chuvas, caso as famílias permaneçam “ilhadas” mais tempo que o habitual, terminam os sortimentos e, na ausência de interferência do município ou do poder público mais próximo, não há outra saída senão abandonar o “beiradão” e partir em busca de sobrevivência em outras regiões. A precária assistência à saúde e à educação é outro fator que provoca grande mobilidade nos demais municípios do Amazonas.

A vida em comunidade, as vantagens por ela representadas e os escassos serviços assistenciais por ela propiciados não chegam a ter força para, soerguendo as condições de existência, opor-se eficazmente ao êxodo. Tornados inevitáveis em decorrência desses fatores de repulsão, e direcionados por efeito da atração exercida pelas cidades, os deslocamentos convergem para determinados pólos urbanos, os quais, por não possuírem maior capacidade retentora, funcionam também como pólos emissores de migrantes, que se dirigem muito predominantemente para Manaus (Brasil et al, 2000).

Uma outra combinação que se acrescenta à precariedade das condições de sobrevivência, ao descaso do Estado e aos fatores de ordem natural no itinerário desta migração é o fascínio que a cidade exerce sobre o imaginário das pessoas que vivem isoladas pelas distâncias, entrecortadas pelos rios da Amazônia. O sonho de vir morar na “cidade grande” ou simplesmente na capital, como se referem os moradores dos demais municípios, é nutrido pela utopia da liberdade, do conforto, da ascensão social etc. As notícias que os emigrados emitem para seus parentes e amigos que ficaram no interior

alimentam ainda mais esse sonho que, em inúmeras situações, “induzem” ou motivam o êxodo.

Na contramão dos projetos institucionais, na tentativa de suprimir a ineficácia do Estado, vêm ganhando ênfase alguns pequenos projetos de Organizações Não-Governamentais (ONGs), numa chamada ação paralela, apresentando algumas propostas que viabilizam o desenvolvimento local dos pequenos municípios do interior. Os projetos das ONGs e instituições religiosas marcam presença junto às populações ribeirinhas e indígenas de todo o interior do Amazonas. Contribuem com a organização de associações, cooperativas, projetos de economia solidária que incrementam a agricultura familiar e de subsistência, geração de emprego e renda e uma gama de outras iniciativas de cunho popular que se convertem em propostas de permanência das famílias no interior do estado. Não fossem essas pequenas iniciativas, o êxodo certamente seria ainda muito maior.

10. ALGUNS CONTRASTES DA MIGRAÇÃO

Um ponto importante a ser ressaltado no estudo das migrações diz respeito aos contrastes migratórios, sobretudo quando se parte da análise de suas correntes. Em Manaus, essa realidade pode ser facilmente constatada. Por exemplo, a corrente migratória mais recente indica que parte dos migrantes, provenientes de deslocamentos inter-regionais, tem níveis de instrução mais elevados do que os oriundos de fluxos mais antigos. Porém, essa mesma característica não é detectada entre os migrantes intra-estaduais, ou seja, aqueles procedentes do interior do estado apresentam atributos que os colocam em situação inferior, enquanto os migrantes interestaduais possuem instrução e ocupação superiores. Isso se deve principalmente ao fato de que as empresas locais, as corporações militares (que freqüentemente promovem a transferência de pessoal) e as instituições de ensino e pesquisa, entre outras, continuam requisitando mão-de-obra especializada de outras regiões.

Também nesse aspecto vale ressaltar a ocorrência de uma migração até certo ponto involuntária. São efetivadas “transferências” de mão-de-obra em que os trabalhadores são requisitados e automaticamente “transferidos”, uma vez que não lhes restam outras escolhas. Os estudos mais recentes de Hélio Moura e outros pesquisadores atestam que a “escolha” de Manaus como destino dos migrantes interestaduais, pelo menos entre os mais recentes, mostra que a transferência provocada pelo empregador responde por 40% dos motivos alegados para situar-se em Manaus. Esse fator pode sinalizar também um outro elemento: os empresários que estão à frente das grandes empresas do Pólo Industrial de Manaus continuam não querendo investir na mão-de-obra local. Sem generalizações, podemos identificar que perdura uma certa resistência e discriminação com relação ao emprego dessa mão-de-obra.

Por outro lado, esse mesmo fator demonstra que está se verificando em Manaus o mesmo processo ocorrido nas demais regiões do Brasil: a mão-de-obra primária só é absorvida pela indústria num primeiro momento. Com a automação e o incremento tecnológico, a tendência será sempre dispensá-la. O detalhe é que a situação local se agrava à medida que a força de trabalho

proveniente da migração intra-estadual não apresenta nem mesmo condições de competitividade com aquela que continua sendo importada ou com os funcionários mais antigos das empresas e instituições. Não havendo outras saídas em termos de mobilidade ocupacional, os que residiam no interior terminam por permanecer vinculados ao mesmo setor de atividade econômica anteriormente exercido (Brasil et al, 2000).

O problema é que a cidade de Manaus não oferece condições estruturais para a manutenção de tal transferência, uma vez que a maioria dos migrantes do interior estava engajada nos setores da economia de subsistência, tais como agricultura familiar, pesca, extrativismo, comércio informal de produtos etc. Ou seja, alternativas de subsistência cabíveis a realidades mais localizadas, mais informais, mais reduzidas em termos proporcionais. Fica muito complicado transladar essa mesma atividade para uma realidade mais macro, gerando, portanto, o crescimento gradativo tanto do excedente de força de trabalho quanto da desocupação sumária:

O espaço urbano foi sendo produzido apenas como o lugar da produção e, em decorrência desse entendimento, as políticas públicas voltadas para a solução dos problemas urbanos não se constituíram como meios capazes de superar a visão de cidade funcional. As políticas públicas eram aplicadas numa cidade e para uma cidade enquanto espaço das relações econômicas. É preciso destacar que, para além das atividades econômicas, a cidade é também o lugar de morar, de trabalhar, de circular e de cuidar do corpo e do espírito. E as políticas públicas devem ser o instrumento de ação direcionado à produção de uma nova urbanidade que privilegie a criação de espaços públicos (Oliveira, J., 2003: 103)

As precárias condições que forçam os pobres à migração são igualmente encontradas na cidade grande, só que em doses muito maiores. As políticas públicas adotadas em Manaus estão voltadas para o bem estar de apenas uma camada da sociedade, a imensa maioria da população sendo relegada ao descaso público que, de forma *descarada*, apenas se aproxima dos segmentos populares, com objetivos eleitoreiros, em época de campanha política. Nos últimos dez anos, a maioria desses migrantes tem se dirigido para as áreas de ocupação urbana, nas quais se constata, também, um movimento interno de sem-tetos que migram, constantemente, de um bairro para outro, buscando melhores condições ou espaços físicos de moradia. Aliás, o avanço das ocupações urbanas desde a década de 1970 é uma clara denúncia da ineficácia do poder público, o qual não dispõe de uma política de habitação para o estado nem para a capital, onde o problema se agrava em virtude da especulação, responsável por um déficit habitacional de cerca de cinquenta mil residências.

A célebre expansão recente da área citadina vem ocorrendo através da ocupação de vazios ou enclaves antes não urbanizados, do deslocamento da fronteira urbana e da formação de ilhas urbanas em espaços periurbanos. Tal crescimento tem acarretado, como efeito negativo mais grave das relações da cidade com o meio ambiente, o problema da poluição hídrica sob a influência

da drenagem perturbada dos igarapés e da ausência de uma infra-estrutura adequada de saneamento básico (Brasil et al, 2000). O crescimento horizontal da cidade determina sérios problemas. Num primeiro processo, os migrantes se localizaram às margens dos igarapés que entrecortam a cidade. Com o agravamento da poluição desses veios d'água, as sucessivas enchentes e a necessidade de drenagem dos igarapés, o próprio poder público vem empurrando as famílias para as periferias mais longínquas do centro. Dessa forma, se institucionaliza o crescimento horizontal e as estratégias de ocupação dos sem-teto seguem na mesma direção. O avanço da cidade para as margens dos limites do município, mais precisamente as áreas de floresta urbana e terra firme, encarece o custo da oferta de infra-estrutura no processo de urbanização dos bairros que surgem de forma repentina.

A questão da moradia é uma das evidências do problema da migração que desemboca em Manaus. Um fator de complicação é a conhecida indústria de grilagem de terras urbanas, muito freqüente na cidade. As propriedades privadas praticam corriqueiramente a política da especulação à custa dos sem-teto, manobrados para a ocupação clandestina de terrenos urbanos que se tornam superfaturados no processo de desapropriação encaminhado pelo poder público. Ou seja, muita gente acaba lucrando com a miséria alheia. O sofrimento das pessoas saídas diretamente do campo é muito grande. Além dos confrontos intermitentes, ainda se deparam com a exploração interna dos "aproveitadores" instalados no interior das ocupações para a comercialização superfaturada de bens e serviços que vão desde a água até os materiais de construção.

Além deste, os migrantes enfrentam inúmeros outros problemas agravados pelo desemprego e pelo elevadíssimo custo de vida da cidade. Nesse cenário se evidenciam inúmeras tentativas de regresso ao "torrão" de origem, quando a situação se torna insuportável. Em muitos casos, todavia, a situação é tão grave que não há condições nem mesmo de re-migração. Tal realidade pode ser constatada nos versos de Areolino Santana, poeta e músico popular, vencedor do 1º Festival do Migrante, promovido pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) da Arquidiocese de Manaus, no dia 25 de junho de 1997:

Vida de Migrante

*Caminhante retirante,
De uma terra bem distante,
Meu pai era um arameu errante.*

*Deixei a terra natal,
Deixei a família e um lar,
Para encontrar minha "terra prometida",
Onde eu pudesse morar,
Onde eu pudesse plantar,
Ganhar meu pão, construir a minha vida.*

*Cidade grande, minha ilusão!
A Zona Franca foi a minha perdição,*

*Moro na rua, não encontro ocupação,
Vivo implorando pra voltar pro meu “torrão”.*

*A esperança no Distrito Industrial
Acabou sendo para mim um grande mal.
Fui tratado como um lixo, sem ter qualificação,
Um parceiro meu que tinha,
Também não deu sorte não.*

*Índio nativo, perdi minha identidade,
Vivo no centro de uma grande confusão:
A cobiça das riquezas das pessoas insensatas!
Se correr eu perco a mata,
Se ficar alguém me mata.*

*Corumbiara, busquei terra, encontrei morte!
No Eldorado, emboscaram minha sorte.
Fui pro Apuí, nem recursos nem a terra.
Êta, vida miserável: só eu morro nesta guerra.*

O “lugar” da nova etapa da vida, a terra dos sonhos produzida no imaginário do migrante, é extremamente frustrante. As pessoas se submetem a situações de extrema violência contra seus direitos básicos. A fome e a miséria são companheiras inseparáveis dos migrantes nessas ocupações urbanas. As pessoas são privadas do seu direito mais elementar: o exercício da cidadania que *“significa a oportunidade de uma vida decente, com acesso ao trabalho e aos serviços básicos: água, energia, educação, transporte e saúde”* (Oliveira, J., 2003: 103).

A situação de desemprego generalizado leva muitas famílias ao desespero. O processo de adaptação à nova realidade é muito lento e bastante drástico para uma grande maioria de pessoas que deixam as comunidades ribeirinhas e se deslocam para a capital. No refrão da canção vencedora do *IIIº Festival de Música e Poesia do Migrante*, realizado em 19 de junho de 2000, Raimundo Nonato da Silva externava a saudade da sua terra e a frustração da migração: *“Ah, que saudade que tenho de quando pescava no lago o peixe fresco do almoço, brincava com o boto tucuxi e voltava remando pra casa. Hoje eu choro e lamento, é tão grande essa dor, a saudade que eu sinto do interior”*.

Como em todo processo de crescimento populacional acelerado, a ocupação desenfreada do espaço urbano pode ocasionar uma série de efeitos negativos. Faz parte do cenário da migração na fase do primeiro contato com a nova realidade o chamado “período de estranhamento”, tanto na relação dos migrantes com as populações tradicionais quanto com o meio ambiente onde pretende se instalar. Tal estranhamento varia de grau e proporção de acordo com cada realidade e indivíduo em processo de adaptação ao meio.

É muito comum, nas grandes cidades, relacionar violência com migração, principalmente em algumas esferas da segurança pública ou nos meios de comunicação social, especialmente a imprensa escrita. Em geral, tal referência

desconsidera que a violência se constitui como algo institucional à medida que o Estado não constrói políticas de integração das populações que migram atraídas pelo fascínio que a cidade exerce sobre o imaginário social, pela ausência de mecanismos institucionais e políticos capazes de conter o êxodo, ou mesmo pelas promessas de emprego, educação, saúde etc.

11. AS ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA E RESISTÊNCIA ENCONTRADAS PELOS MIGRANTES

Os sofrimentos enfrentados na luta constante, nos caminhos e descaminhos da migração, fazem brotar outras estratégias de sobrevivência no novo contexto que, forçadamente, conduz a um outro processo de organização das camadas populares:

Os índios, os negros, os camponeses, os trabalhadores da terra, os operários, os pobres da cidade, os despossuídos de terra e capital nunca foram cidadãos plenos, mas postulantes de direitos numa luta que constitui o sentido de nossa história. Esses são os que lutam pela cidadania e a democracia (Souza, 1993: 146)

E o que tem se constatado, principalmente nas últimas décadas, é uma retomada dos movimentos e pastorais sociais que empreendem uma luta organizada com o objetivo de fortalecer as camadas populares, criando alternativas de sobrevivência e inclusão social e lutando pela cidadania. Esse movimento é uma constante entre os migrantes integrados às novas modalidades de participação social e política, havendo ainda aqueles e aquelas que trazem consigo significativas experiências que, uma vez compartilhadas, fortalecem a luta e os espaços de participação nos quais se integram.

No caso de Manaus, os fluxos migratórios foram concentrando na cidade uma ampla diversidade cultural, das etnias indígenas até as redes de migrantes estrangeiros. É nesse processo, ora de encontro e alteridade, ora de desencontros culturais e estranhamento, que muitas das chamadas “redes de migrantes” podem ser configuradas (Bassegio, 2004: 59). Ao mesmo tempo em que a “migração rompe raízes”, as redes de migrantes estabelecem laços de solidariedade que costuram redes de apoio entre os que migram e os que ficam para trás, constituindo-se tanto pela proximidade das relações quanto pela espacialidade ocupada. Nesse contexto, é possível perceber as relações de parentesco, a identificação étnica ou regional e até mesmo a formação de redes configuradas pela nacionalidade.

Tais redes de migrantes operam, de um lado, como forma de resistência das coletividades que se agrupam para vencer os obstáculos da nova realidade e, de outro, como “atrativo” para a vinda de novas correntes migratórias, que passam a estabelecer contatos prévios com a nova realidade para a qual pretendem se dirigir. Elas são alimentadas pelo convívio permanente que conseguem estabelecer entre os membros da mesma origem migratória. Algumas surgem de forma espontânea e seguem uma trajetória mais informal até sua configuração, como no caso das relações de parentesco ou de amizade. Outras são mais formais e já nascem da necessidade de se criar

vínculos por uma questão de representatividade ou estabelecer mecanismos de defesa dos direitos, a exemplo da maioria das comunidades de migrantes internacionais residentes em Manaus, as quais se articulam também com seus respectivos consulados, embaixadas, comunidades internacionais etc.

Em Manaus existem algumas redes de migrantes no plano local, regional, nacional como no internacional, e na esfera dos movimentos sociais como na da agremiação. Oficializadas ou não, elas atuam na defesa dos direitos dos migrantes e estabelecem uma espécie de sustentação de laços afetivos e efetivos em terra alheia. Também funcionam como uma forma de continuar mantendo contato com os familiares ou amigos que permaneceram no lugar da emigração. No caso das organizações formalizadas ou reconhecidas legalmente, há uma estreita relação com os movimentos sociais, ONGs, instituições religiosas, pastorais e outras formas organizativas, a exemplo da Associação dos Moradores de Itacoatiara em Manaus (AIRMA), da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e da Associação dos Nordestinos em Manaus, entre outras. É importante ressaltar que as redes formais só se estabelecem posteriormente à formação de redes informais.

Em se tratando dos migrantes internacionais, os representantes consulares desempenham (ou deveriam fazê-lo) um papel importante na organização das redes. A figura do cônsul ou representante é de grande importância no caso das tramitações legais de documentos de pedido de permanência dos estrangeiros no Brasil. De todo modo, as comunidades organizadas formalmente, em Manaus, ainda são poucas: Clube Sírio-Libanês, Colônia Japonesa, Clube Luso-brasileiro, Comunidade Israelense etc. Elas se estruturam mediante um cronograma mínimo de encontros comuns para os quais são convidados todos os seus associados, como reuniões e assembléias periódicas da associação, festas da pátria, festas do(a) santo(a) padroeiro(a) do respectivo país, festas culturais e comemorações do jogo do time oficial, além das atividades informais (celebrações de aniversários, comemorações afins, funerais etc.).

Há também casos de grupos estrangeiros que formam redes apenas informais, sem um cronograma pré-estabelecido. As pessoas se encontram para programas afins, convidam os mais próximos, celebram algum aniversário, a colação de grau de algum compatriota ou ainda participam das celebrações fúnebres dos seus. Como não existe formalização, ninguém é associado nem contribui com pagamentos mensais para a manutenção da associação ou cumpre com outras obrigações próprias das instituições formais. O problema aqui é que os vínculos estabelecidos são muito frágeis e, em situações de necessidades maiores ou mais urgentes, particulares ou coletivas, os compatriotas não têm a quem recorrer.

De qualquer maneira, todos os espaços de participação e organização propiciados aos migrantes ou criados por eles favorecem o processo de integração à nova realidade, criando mecanismos de acolhida, partilha fraterna, solidariedade e lutas comuns. São elementos importantes que ajudam a enfrentar a solidão, a saudade, o desemprego, a fome, a miséria e tantas outras intempéries que perpassam os destinos dos migrantes.

12. ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES

O estudo do crescimento populacional da cidade de Manaus nos últimos decênios é apenas a ponta de um *iceberg* que esconde uma realidade migratória muito maior e que extrapola os elementos desta análise. Na raiz desses deslocamentos podem ser identificados diversos elementos que “movem” a dinâmica migratória, tanto dos deslocamentos internos do país como da mobilidade humana que se apresenta como um dos grandes fenômenos do século XXI. A concentração da migração em Manaus é o sintoma dos problemas de uma conjuntura mais ampla que, por falta de alternativas viáveis, pela inoperância do governo, pela ausência completa do Estado na interferência dos problemas sociais e inúmeras outras lacunas, termina desembocando no movimento migratório.

Mesmo que muitas análises oficiais teimem em afirmar que a *Taxa Líquida de Migração* (TLM), ou seja, o saldo líquido migratório, esteja decaindo, a realidade vem demonstrando o contrário. Isso só se confirmaria se a *Taxa de Crescimento Vegetativo* (TCV) fosse superior aos números oficiais². Entretanto, a comparação dos dados do IBGE para a *Taxa Bruta de Natalidade* (TBN) e a *Taxa Bruta de Mortalidade* (TBM) não justifica o que alguns analistas vêm chamando de “*uma certa tendência de declínio da migração na cidade*”³.

Esse fator inviabiliza qualquer possibilidade de levantamento mais coerente relacionado ao crescimento vegetativo sobre as taxas de migração, porquanto os nascidos vivos também podem ser os filhos dos mesmos migrantes recém-chegados na cidade. Partindo destes dados se conclui que a população manauara mais recente é migrante ou filha de migrantes. Por sua vez, uma realidade migratória exige políticas públicas específicas para lidar com suas causas e conseqüências. Essa exigência talvez explique a tentativa, por parte de alguns órgãos públicos, de nos convencer que a situação migratória se encontra sob controle e que o problema fundamental no momento seria o crescimento vegetativo da população.

Na realidade, a região Norte continua apresentando uma mobilidade migratória com taxas relevantes, ainda que bem mais tímidas que as de décadas anteriores. O declínio das taxas de migração, contudo, não indica que esteja estacionada, mas que há modificado sua dinâmica. O que se observa é que a migração intra-estadual, esse vai-e-vem de pessoas dentro do próprio estado, se reproduz com maior intensidade no âmbito da cidade de Manaus. Os contrastes sociais também se evidenciam no mapa migratório da cidade. As desigualdades sociais são alarmantes e a camada dos que vivem em situação de extrema miséria é crescente entre os migrantes mais recentes.

² A TLM consiste na diferença entre a imigração e a emigração ocorridas numa certa unidade de tempo, por exemplo, os primeiros anos da década de 2000, em relação à população sob observação no meio do período. Já a TCV resulta da diferença entre as taxas brutas de natalidade e mortalidade.

³ A TBN é o número anual de nascimentos vivos em relação à população de uma determinada área, no meio do ano, enquanto a TBM é o número anual de óbitos em relação à população de uma determinada área, no meio do ano.

Em contrapartida, muita gente prefere enfrentar os dissabores permanentes do cotidiano em Manaus e reconstruir sua vida do nada a voltar para sua terra natal. Esse dado se confirma principalmente entre os que foram vítimas da migração compulsória. Nessa direção, cabe bem a frase de João Batista Scalabrini (1839-1905), bispo italiano chamado “pai” e “apóstolo” dos migrantes por seu comprometimento em favor dos mesmos: *“Para o migrante, a Pátria é a terra que lhe garante o pão”*.

Por fim, vale ressaltar que os fluxos migratórios também têm trazido significativas contribuições sociais, políticas e econômicas em várias esferas da sociedade manauara. Ao mesmo tempo em que a migração revela descompassos sociais também aponta para a urgência de alternativas imediatas para a solução de problemas latentes, as quais se concretizam na luta organizada dos trabalhadores, dos desempregados, das mulheres indígenas, dos jovens e de todas as categorias sociais que insistem em acreditar que *“um mundo melhor é possível”*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bassegio, Luiz. “As migrações no contexto da globalização”. In Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM). **Migração, discriminação e alternativas**. São Paulo, Paulinas, 2004.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Contagem da população**. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 2000.
- Brasil, Marília Carvalho; Santos, Carlos Augusto dos e Moura, Hélio Augusto de. **Retrato populacional do Amazonas**. Manaus, Instituto de Estudos sobre a Amazônia (IESAM); Recife, Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)/Massangana, 2000.
- Heidmann, Dieter. “Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação”. In SPM. **Migração, discriminação e alternativas**. São Paulo, Paulinas, 2004.
- Martins, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, Paulus, 1997.
- Oliveira, José Aldemir de. **A cidade doce e dura em excesso**. Manaus, Valer/Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA), 2003.
- Oliveira, Luiz Antonio P. de. “Dinâmica populacional e social na região amazônica”. In Moura, Helio A. de (org.). **A pesquisa social na Amazônia: avanços, lacunas e prioridades**. Recife, Fundaj/Massangana, 1996.
- Souza, Herbert de. **Escritos indignados: democracia x neoliberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Rio Fundo/Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 1993.
- Vainer, Carlos. “Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias”. In Castro, Mary Garcia (coord.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas – Brasil 2000**. Brasília, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), 2001.

** Márcia Maria de Oliveira é graduada em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mestranda em sociologia e assessora da equipe do Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social (SARES), de Manaus (AM).*